



Defesa das reformas é marca da abertura do trabalho legislativo



O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, e da Câmara, Rodrigo Maia, assistem ao hasteamento da Bandeira Nacional

Sessão do Congresso foi a primeira presidida por Davi Alcolumbre. Em mensagem, o presidente Jair Bolsonaro defendeu mudanças na Previdência, combate à corrupção e medidas contra a criminalidade

Uma sessão conjunta do Senado e da Câmara abriu oficialmente ontem o primeiro ano da 56ª legislatura. A solenidade marcou o início do mandato do presidente do Senado, Davi Alcolumbre, que ressaltou a necessidade de aprovação das reformas estruturais. Ele também destacou a renovação histórica das duas Casas legislativas. Para Davi, as urnas deram um recado a seus representantes, exigindo deles uma nova postura e mais participação popular no processo legislativo.

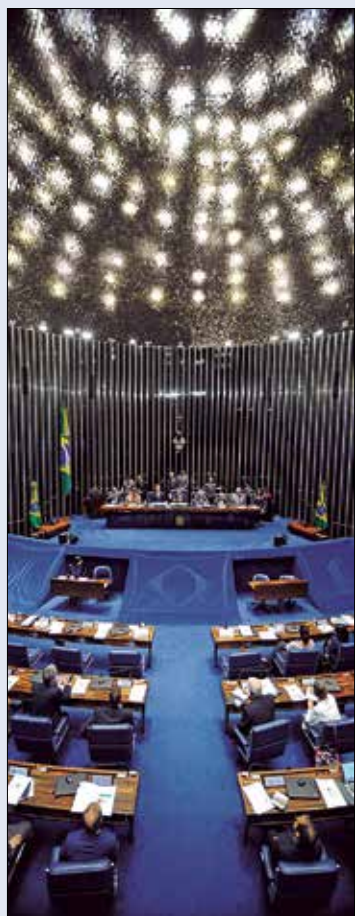
Entregue pelo ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, a mensagem do presidente da República, Jair Bolsonaro, foi lida na abertura da sessão. O presidente reafirmou a intenção do governo de atuar contra a corrupção e a criminalidade, desburocratizar o país, aprovar a reforma da Previdência e criar condições para que a economia brasileira volte a crescer.

Os presidentes da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, e do Supremo Tribunal Federal, ministro Dias Toffoli, também defenderam reformas. **2 e 3**



Saiba como funcionam o Senado e o Congresso

Qual o principal papel do Congresso Nacional? Como são eleitos os senadores? Quem pode apresentar projeto de lei? Conheça as respostas para essas e outras perguntas no Guia do Senado para cidadãos, especial elaborado pelo **Jornal do Senado** para ajudar as pessoas a compreender o funcionamento do Parlamento e participar das discussões legislativas. **4 e 5**



Plenário do Senado, onde acontecem debates e votação de propostas

Glossário reúne termos usados no Parlamento **6**

Casa começa legislatura com 12 senadoras **6**



Agência da Previdência em Curitiba: reforma na área é uma das prioridades

Novos senadores declaram as pautas legislativas prioritárias

Empossados na sexta-feira, os novos senadores estão sintonizados em relação às pautas que devem ser prioridade na Casa este ano: aprovação das

reformas tributária e da Previdência e aperfeiçoamento das legislações de combate à corrupção e de segurança pública. **8**

Lei Anticrime está na pauta de reunião de Davi com líderes

O novo presidente do Senado, Davi Alcolumbre, faz hoje a primeira reunião com os líderes partidários. Ontem senadores elogiaram a proposta do governo para a Lei Anticrime. **7**

Dez partidos já definiram quem comandará suas bancadas

Dos 16 partidos com representação no Senado, 10 já haviam escolhido os líderes de bancada até a manhã de ontem: MDB, PSD, PODE, DEM, PP, PDT, PSL, PPS, PSB e PR. **6**

SIMPLIFICOU!

Agora é mais fácil acompanhar o processo legislativo



Entenda melhor em www.senado.leg.br/simplificou

Trabalho legislativo de 2019 é aberto com defesa de reformas

Sessão marca início do mandato de Davi Alcolumbre como presidente do Congresso e entrega da primeira mensagem presidencial de Bolsonaro

O PRIMEIRO ANO da 56ª legislatura foi aberto oficialmente ontem em sessão conjunta do Senado e da Câmara. A renovação nas duas Casas legislativas, a retomada do desenvolvimento econômico, o combate à violência e a necessidade de aprovação de reformas estruturais foram temas comuns aos discursos dos representantes dos três Poderes.

Além dos parlamentares, participaram da solenidade, no Plenário da Câmara, autoridades

des como o vice-presidente da República, Hamilton Mourão, ministros e a procuradora-geral da República, Raquel Dodge.

O ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, foi quem entregou a mensagem do Poder Executivo, a primeira do novo governo.

O documento, assinado pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, apresenta um panorama do país e elenca as prioridades do Executivo para o ano.

Lida pela primeira secretária da Mesa do Congresso, deputada Soraya Santos (PR-RJ), a mensagem reafirmou a intenção do governo de atuar contra a corrupção e a criminalidade, desburocratizar o país, criar condições para que a economia volte a crescer e aprovar a reforma previdenciária.

Em sua primeira sessão como presidente do Senado e do Congresso, Davi Alcolumbre também enfatizou a necessidade de reformas e disse que a

renovação imposta pelas urnas demonstra que o brasileiro quer mudanças.

— Não há mais espaço para pautas distanciadas da realidade — afirmou.

Equilíbrio

Outro a falar foi o presidente da Câmara, Rodrigo Maia. Segundo ele, as reformas são necessárias para garantir o equilíbrio fiscal e o crescimento econômico.

A solenidade começou com

a chegada de Davi Alcolumbre. No gramado em frente ao Congresso, ele assistiu à salva de 21 tiros de canhão e passou a tropa em revista.

Ao lado do deputado Rodrigo Maia, o senador subiu a rampa e se encontrou com outros parlamentares e autoridades que os esperavam.

No Salão Nobre do Congresso, eles se reuniram com o vice-presidente da República, Hamilton Mourão, e seguiram para o Plenário da Câmara.

A abertura dos trabalhos está prevista na Constituição, que estabelece que o Congresso deve se reunir anualmente, a partir de 2 de fevereiro, para inaugurar a sessão legislativa. Como neste ano a data caiu em um sábado, a sessão de abertura foi realizada no primeiro dia útil seguinte.



Genildo Magalhães/Agência Senado



Genildo Magalhães/Agência Senado



Marcos Brambilla/Agência Senado



Com a presença de autoridades, entre eles o vice-presidente da República, Hamilton Mourão, novos deputados e senadores ouvem o Hino Nacional na abertura dos trabalhos legislativos no Plenário da Câmara

Em mensagem ao Congresso, Bolsonaro pede apoio parlamentar à agenda do governo

O presidente da República, Jair Bolsonaro, enviou ao Congresso Nacional o que chamou de uma mensagem de “esperança e liberdade”. A mensagem do Executivo foi entregue ao Congresso pelo ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, e lida ontem pela deputada Soraya Santos (PR-RJ), durante a sessão de abertura do ano legislativo. O vice-presidente da República, Hamilton Mourão, compareceu à abertura dos trabalhos do Congresso.

O presidente pediu apoio aos parlamentares para a agenda do governo. Segundo Bolsonaro, a

nova esperança se materializou com as eleições de 2018, quando foi eleito em segundo turno com quase 58 milhões de votos. Ele fez críticas a governos passados e lamentou os índices de desemprego, os casos de corrupção e os números crescentes da violência. O presidente disse que o combate à fome e à miséria era apenas um instrumento de propaganda, mas não foi efetivo. Também afirmou que a defesa do meio ambiente foi usada como “bandeira ideológica”.

Ele também criticou o que chamou de dominação cultural

contra os costumes judaico-cristãos. Garantiu, no entanto, o compromisso do governo com a pluralidade: “Vamos defender sempre a liberdade de opinião, de crença, de imprensa, de manifestação religiosa, de pensamento”.

Economia

Na mensagem, Bolsonaro pede ao Congresso compromisso com o desenvolvimento, com a transformação e com o progresso. Segundo ele, alguns índices econômicos já mostram avanço e a comunidade internacional está voltando a ver o Brasil ser um lugar seguro para o investimento.

Bolsonaro assumiu o compromisso de enviar ao Congresso a reforma da Previdência, com “uma proposta moderna e fraterna, que conjuga o equilíbrio atuarial com o amparo a quem mais precisa”. Ele garantiu que combaterá o custo Brasil, implantando um governo mais enxuto.

Sobre a fiscalização, ele disse que o Estado “inibe quem quer produzir”, mas, ao mesmo tempo, “não conseguiu coibir a tragédia de Brumadinho”. O presidente disse que o governo vai dar su-



Vice-presidente Hamilton Mourão participa de abertura dos trabalhos do Congresso

porte às famílias das vítimas da tragédia, colaborar com as investigações e melhorar o modelo de fiscalização de barragens. “Não é com um Estado mais pesado que vamos resolver e, sim, com um Estado mais eficiente”, explica na mensagem.

Segurança pública

A mensagem ao Congresso promete um país mais seguro. O presidente disse que o governo declarou “guerra ao crime organizado”, não tendo “pena nem medo de criminoso”. O presidente afirmou que a ação contra as drogas será “consis-

lutar contra “os ataques que virão”. Bolsonaro destacou a importância do trabalho conjunto entre Legislativo e Executivo, pois os dois Poderes têm grandes responsabilidades. Segundo o texto, para construir uma “nova esperança”, o governo precisa deixar claro aos congressistas o que rejeita: as ditaduras, a opressão, o desrespeito aos direitos humanos e os modelos que subjagam os Poderes.

Bolsonaro ainda prometeu que não perseguirá a oposição. “É hora de olharmos para frente e levarmos o Brasil adiante”, diz.

Educação

De acordo com a mensagem enviada ao Congresso, a educação tem sido transformada em “espaço de doutrinação ideológica” e precisa resgatar sua qualidade. “Os pais do Brasil querem que seus filhos saibam português, matemática, ciências, que saibam ler, escrever, evoluir por suas próprias pernas. E que as minorias e as diferenças sejam respeitadas em ambiente acolhedor, afetivo e fraterno”, afirma o presidente. Bolsonaro garantiu que vai valorizar o professor e colocar o aluno no centro do processo educacional.

Aproximar a população do Legislativo é um dos objetivos de Davi

Em seu pronunciamento durante a sessão solene de abertura do ano legislativo, o presidente do Congresso Nacional, Davi Alcolumbre, destacou a renovação histórica na Câmara e no Senado e a necessidade de aprovar reformas. Para ele, o recado da população nas urnas gera a necessidade de uma nova postura dos seus representantes e da maior participação popular no processo legislativo.

— O cidadão, o eleitor deste país, quer participar, quer acompanhar o que seus representantes fazem ou se omitem de fazer. É saudável e desejável que o cidadão seja incluído nas discussões que lhe dizem diretamente respeito — disse.

Para Davi, a participação da população é essencial para a aprovação de reformas. A primeira delas, explicou, é a da Previdência, vital para o equi-



Presidente ressaltou a importância da transparência nas ações do Congresso

líbrio das finanças dos entes federados. Ele também citou as reformas tributária, administrativa e a do pacto federativo.

— Para que essas reformas sejam bem-sucedidas, deverá ser promovida a mais ampla discussão possível, integrando e ouvindo os representantes

dos municípios e dos estados, dos partidos políticos e com a efetiva participação popular, que leve ao esclarecimento das matérias que serão apreciadas e deliberadas em nossas Casas — disse o presidente, que ressaltou a necessidade de transparência total nas ações do Congresso.

Aprovar reforma previdenciária é desafio, afirma Rodrigo Maia

A aprovação da reforma da Previdência será o maior desafio do Congresso na atual legislatura, disse ontem o presidente da Câmara, Rodrigo Maia. Em discurso na abertura dos trabalhos legislativos, ele disse que a realidade aponta para a “necessidade inexorável” da reforma, ajustando as normas atuais às exigências de dinamização da economia, mas sem impor sacrifícios injustos à população.

Eleito para mais dois anos à frente da Câmara na sexta-feira, Rodrigo Maia disse que a aprovação da reforma previdenciária será um indicador seguro para o Congresso aprovar outras mudanças e assumir pautas como a reforma tributária, a retomada do crescimento econômico, a redução da violência, o combate à desigualdade e à pobreza.

— Se o país está com inflação



Comandante da Câmara disse que Parlamento e sociedade precisam estar afinados

controlada e reservas externas, enfrenta baixo crescimento do PIB, desemprego e desequilíbrio fiscal da União, dos estados e municípios, que vivem crise sem precedentes. Faltam recursos para pagar o funcionalismo em algumas unidades da Federa-

ção, o que gera prejuízos para a população. Sete estados já declararam estado de calamidade financeira — afirmou.

Ele disse que o combate à criminalidade do colarinho branco e as propostas relacionadas à segurança serão analisadas pelo

Toffoli propõe novo pacto entre os Poderes para fazer mudanças

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, frisou que a abertura dos trabalhos do Congresso Nacional é uma solenidade tipicamente republicana, fundada no equilíbrio das relações entre os três Poderes.

— O diálogo institucional é fundamental. O Brasil é a quarta maior democracia do mundo, com 147 milhões de eleitores. E as bases de sua democracia são fundadas na unidade, no equilíbrio e no respeito mútuo, que devem conduzir a relação entre os Poderes da República.

O presidente do STF afirmou serem fundamentais as reformas estruturais necessárias ao desenvolvimento nacional e ao aprimoramento do sistema judicial. E defendeu a realização de pactos entre os três Poderes.



Para Dias Toffoli, o respeito mútuo deve conduzir a relação entre os três Poderes

— Um exemplo são os pactos ocorridos em 2004 e 2009, entre os chefes dos três Poderes.

Segundo ele, foram diversas leis elaboradas pelo Congresso nesses pactos com o Judiciário e o Executivo e que permitiram o combate à corrupção: a

reforma do Judiciário, a Lei da Transparência, a Lei de Acesso à Informação, a ampliação da Lei de Lavagem de Dinheiro, a Lei Anticorrupção e a Lei de Combate ao Crime Organizado. — Os resultados de hoje são fruto do amadurecimento.

Davi destacou o fim de “práticas impositivas” das oligarquias e de pautas distanciadas da realidade. Segundo ele, não há espaço para antagonismos entre Poderes.

— Por imperativo de segurança social, política e jurídica, que haja maior aproximação visando a uma pauta em prol de toda a sociedade, salvaguardando o princípio constitucional da harmonia e independência insculpido em nossa Carta política.

Davi ressaltou que é movido pela esperança trazida por projetos de interesse do Brasil, não só os apresentados por parlamentares, mas de outros Poderes, como é o caso das proposições do Executivo.

— Que possamos realizar um trabalho consciente, célere e em identidade com as aspirações dos brasileiros de todos os quadrantes de nosso querido Brasil.

Congresso levando em conta os diferentes pontos de vista e a capacidade de diálogo.

O presidente da Câmara destacou a maior taxa de renovação do Congresso desde a Constituinte de 1986 e cobrou responsabilidade e redobrado esforço dos congressistas para o bom andamento dos trabalhos.

— Seremos capazes de manter a instituição sintonizada com a população. Teremos condições de retomar o ritmo do Congresso para solucionar problemas que afligem os brasileiros. O Congresso deverá estar sintonizado com a sociedade e os princípios constitucionais. A democracia representativa é o melhor regime para enfrentar a justiça social. Temos que aperfeiçoá-la, estreitando relações com o cidadão e as demandas do Brasil.



Onyx Lorenzoni e Soraya Santos em sessão de abertura dos trabalhos legislativos

Guia do Senado para cidadãos

Reportagem: Juliana Steck e Silvío Burle • Edição: Joseana Paganine

O Congresso deu início ontem aos trabalhos legislativos da 56ª legislatura. Nos próximos 2 anos, o Senado será presidido por Davi Alcolumbre e a Câmara dos Deputados, por Rodrigo Maia. No Senado, que teve dois terços das 81 cadeiras renovadas, tomaram posse na sexta-feira 54 senadores, 2 por estado, eleitos em 2018.

Outros 27 continuarão seus mandatos até 2023. Na Câmara, foram empossados todos os 513 parlamentares escolhidos nas urnas em outubro. Alguns foram reeleitos, outros são novos, mas todos começam um novo mandato. Saiba mais sobre as atribuições do Senado e do Congresso Nacional e como o cidadão pode participar do processo legislativo.

Qual o principal papel do Congresso Nacional?

O Congresso é o nível mais alto do Poder Legislativo e divide com os Poderes Executivo e Judiciário a tarefa de conduzir o país. Sua principal função é elaborar e aprovar leis. No Brasil, o Legislativo é bicameral. Uma Casa legislativa revisa o trabalho da outra. Assim, um projeto de lei iniciado e aprovado na Câmara é revisto pelo Senado. Do mesmo modo, uma proposta dos senadores precisa ser discutida e aprovada pelos deputados antes de ser enviada à sanção do presidente da República e virar lei.

Quais são as principais funções exclusivas do Senado?

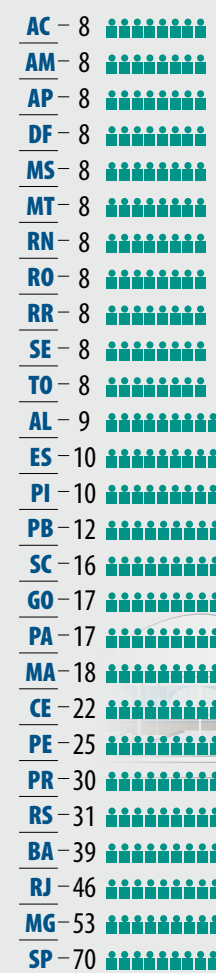
- Processar e julgar, nos crimes de responsabilidade, o presidente e o vice-presidente da República, os ministros de Estado e os comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, bem como os ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o procurador-geral da República e o advogado-geral da União.
- Aprovar, após sabatina pública, a indicação do presidente do Banco Central, do procurador-geral da República, de ministros do STF e outros tribunais superiores e de embaixadores do Brasil e diretores de agências reguladoras.
- Autorizar União, estados e municípios a contrair empréstimos estrangeiros.

Que outras funções tem o Congresso?

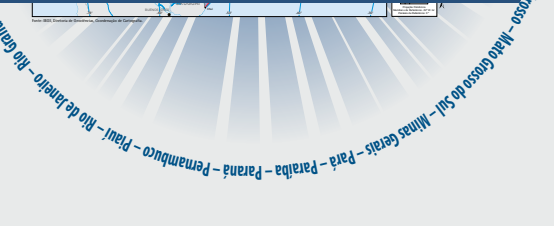
- Além de formular leis, é da competência do Congresso, entre outras atribuições:
 - Fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo.
 - Julgar anualmente as contas do presidente da República e analisar os relatórios sobre a execução dos planos de governo.
 - Votar medidas provisórias, vetos presidenciais, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento da União.
 - Resolver sobre tratados e acordos internacionais que acarretem despesas ao patrimônio nacional.
 - Autorizar o presidente da República a declarar guerra e a celebrar a paz.
 - Aprovar ou suspender estado de defesa, intervenção federal e estado de sítio.
 - Analisar a concessão de emissoras de rádio e TV.
 - Convocar plebiscitos.
 - Avaliar políticas públicas.
 - Constituir comissão parlamentar de inquérito, que pode ser mista (CPMI) ou exclusiva do Senado ou da Câmara (CPI).

Todo senador é um congressista?

Sim. Os senadores e deputados federais são parlamentares ou congressistas. Senado e Câmara formam o Poder Legislativo brasileiro, o Parlamento ou Congresso Nacional. **O Senado é formado por 81 integrantes**, que representam os estados e o Distrito Federal, garantindo o equilíbrio entre as unidades da Federação. Isso porque **cada estado tem o mesmo número de senadores: três**. Essa distribuição garante que os estados com menos habitantes tenham o mesmo poder de decisão que os mais populosos nas votações do Senado.



Cada estado tem três senadores



Já a Câmara tem 513 deputados federais. Eles representam a população do país. **O tamanho das bancadas por estado varia de acordo com o número de habitantes de cada um**. Pela distribuição atual, as menores bancadas contam com 8 integrantes e a maior, de São Paulo, com 70.

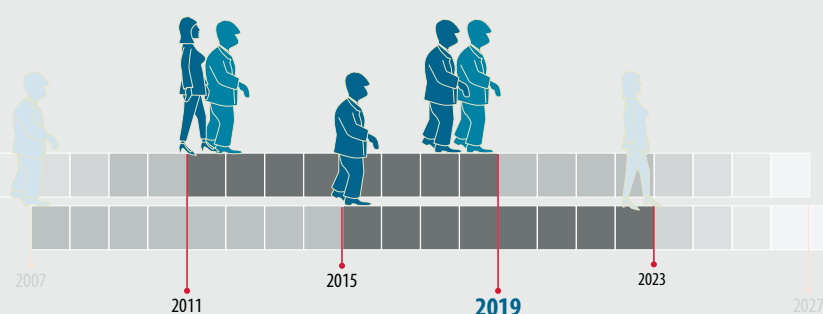
Como se elegem os senadores?

O mandato dos senadores é de oito em oito anos. Mas as eleições para o Senado acontecem de quatro em quatro anos. Assim, a cada eleição, a Casa renova, alternadamente, um terço e dois terços de suas 81 cadeiras. A alternância garante que haja eleições para senador em todos os pleitos. Se a renovação fosse integral, como na Câmara, só haveria escolha de senadores

de oito em oito anos.

A eleição para o Senado segue o princípio majoritário, o mesmo observado na escolha de presidente da República e governador: o candidato que recebe mais votos é o eleito.

Cada senador é eleito numa chapa com dois suplentes, que assumem em casos de renúncia, afastamento ou morte.



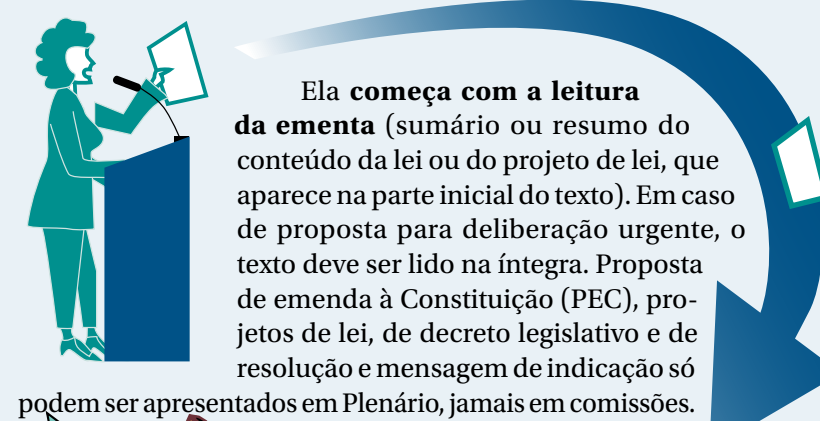
Como é feita a apresentação de projetos no Senado?

Toda lei começa a partir da apresentação de um projeto. Essa iniciativa pode ser dos deputados e senadores, das comissões da Câmara e do Senado, do presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e de outros tribunais superiores, do procurador-geral da República e de grupos organizados da sociedade. Pelo portal do Senado, o cidadão também pode sugerir projetos. Quando uma proposta é apresentada na Câmara ou no Senado, ela segue para o presidente da Casa. É ele quem analisa o texto e o despacha para as comissões temáticas.

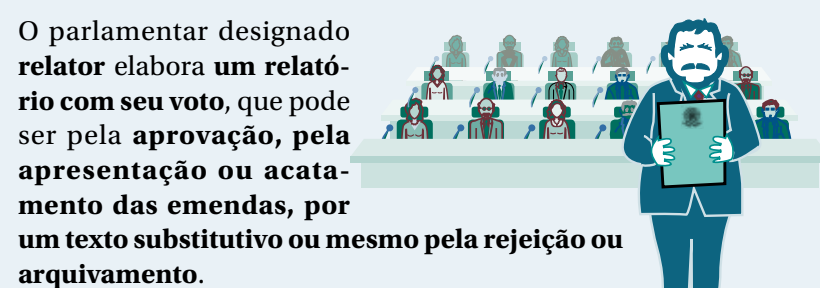
As proposições apresentadas pelos parlamentares são assinadas por eles, encaminhadas eletronicamente e entregues, em meio impresso, na Secretaria-Geral da Mesa, ou, durante as sessões, diretamente no Plenário.

Como tramita um projeto no Senado?

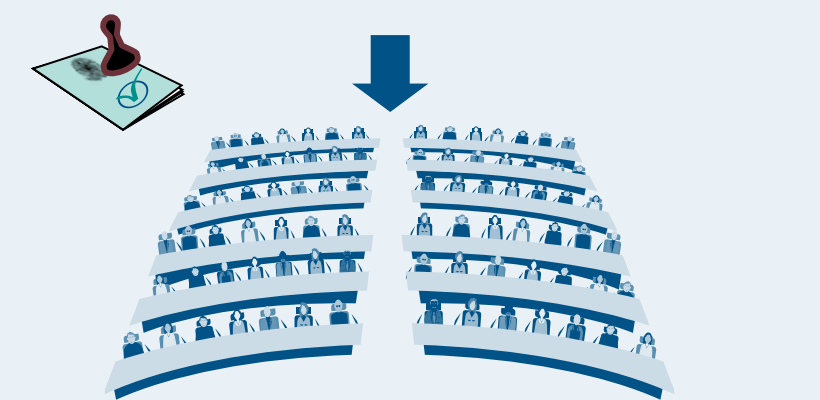
Tramitação é o curso regular das proposições pelas comissões técnicas e pelo Plenário da Câmara ou do Senado.



Após a leitura, a proposição **vai para uma ou mais comissões**. Nelas, a proposta passa por debates, quando **pode receber sugestões de alteração, chamadas emendas**.

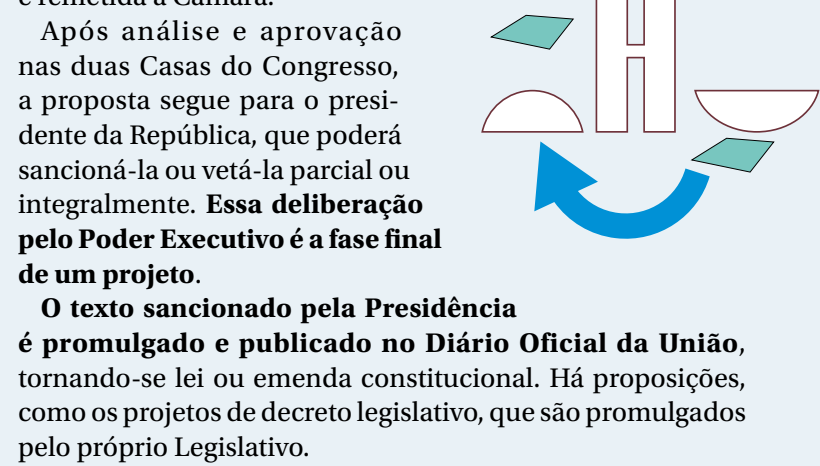


A proposta pode ter **decisão terminativa (final)** em uma comissão, ou **ir a Plenário para votação**.



Após análise e aprovação nas duas Casas do Congresso, a proposta segue para o presidente da República, que poderá sancioná-la ou vetá-la parcial ou integralmente. **Essa deliberação pelo Poder Executivo é a fase final de um projeto**.

O texto sancionado pela Presidência é promulgado e publicado no Diário Oficial da União, tornando-se lei ou emenda constitucional. Há proposições, como os projetos de decreto legislativo, que são promulgados pelo próprio Legislativo.



Como sugerir uma lei ao Congresso?

Como projeto: A Constituição prevê que um projeto de lei de iniciativa popular deve ser apresentado à Câmara dos Deputados, com assinatura de pelo menos 1% do eleitorado nacional, com representação em, no mínimo, 5 estados e 0,3% do eleitorado em cada um deles. São resultados desse tipo de projeto a Lei de Crimes Hediondos e a da Ficha Limpa.



Como sugestão de projeto: O cidadão também pode procurar as comissões de legislação participativa das duas Casas.



No Senado, ele pode ainda fazer uma sugestão de projeto de lei por meio do **Portal e-Cidadania**.

As sugestões que obtiverem **mais de 20 mil apoios** serão encaminhadas para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Se for aprovada pela comissão, a sugestão legislativa torna-se projeto de lei e passa a tramitar no Senado.



Como são compostas as Mesas do Senado e do Congresso?

Para a eleição dos integrantes da Mesa, é exigida maioria de votos, presente a maioria da composição do Senado. Deve ser observada, tanto quanto possível, a participação proporcional das representações partidárias ou dos blocos parlamentares com atuação no Senado.

Os membros da Mesa dirigirão os trabalhos da Casa por dois anos. Além do presidente, precisam ser eleitos dois vice-presidentes, quatro secretários e quatro suplentes de secretários.

A Mesa do Congresso Nacional, segundo a Constituição, é presidida pelo presidente do Senado e tem seus demais cargos preenchidos, por alternância, entre membros da Mesa da Câmara e do Senado. Assim, o primeiro vice-presidente da Mesa do Congresso é o primeiro vice-presidente da Mesa da Câmara, o segundo vice-presidente da Mesa do Congresso é o segundo vice-presidente da Mesa do Senado, e assim por diante.

Comissões permanentes

- Assuntos Econômicos (CAE)
- Assuntos Sociais (CAS)
- Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)
- Educação, Cultura e Esporte (CE)
- Meio Ambiente (CMA)
- Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH)
- Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE)
- Serviços de Infraestrutura (CI)
- Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR)
- Agricultura e Reforma Agrária (CRA)

- Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT)
- Senado do Futuro (CSF)
- Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC)

Principais comissões mistas permanentes:

- Comissão Mista de Orçamento (CMO)
- Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC)
- Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher
- Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

O que é a relatoria de projetos?

Relator é o parlamentar escolhido pelo presidente da comissão para apresentar parecer sobre proposta de competência do colegiado. O relator é designado no período de dois dias úteis após o recebimento do projeto e é escolhido de acordo com a proporção das bancadas partidárias ou blocos. O autor da proposição não pode ser o relator dela. O relator do projeto em Plenário é também o relator das emendas lá apresentadas, mas fica impedido de relatar emendas propostas por ele em Plenário, caso em que é designado outro senador para a tarefa. Só excepcionalmente o presidente da comissão pode atuar como relator.

Não há limite de emendas, mas quando o relator introduz mudanças a ponto de alterar integralmente a proposta, o novo texto ganha o nome de substitutivo ou emenda substitutiva. Ele precisa ser votado novamente em turno suplementar dois dias depois de sua aprovação.

Relator ad hoc é o parlamentar que, em determinada ocasião, foi escolhido para ler o parecer sobre um projeto emitido por outro parlamentar, devido à impossibilidade desse último de comparecer à comissão ou ao Plenário.

Caso o relatório de um senador seja rejeitado pela comissão, é escolhido pelo presidente o relator do vencido. É o senador que sucede ao relator inicialmente designado. O relator do vencido apresenta parecer conforme o que foi deliberado pela comissão. O parecer apresentado pelo relator original passa a constituir voto vencido em separado.

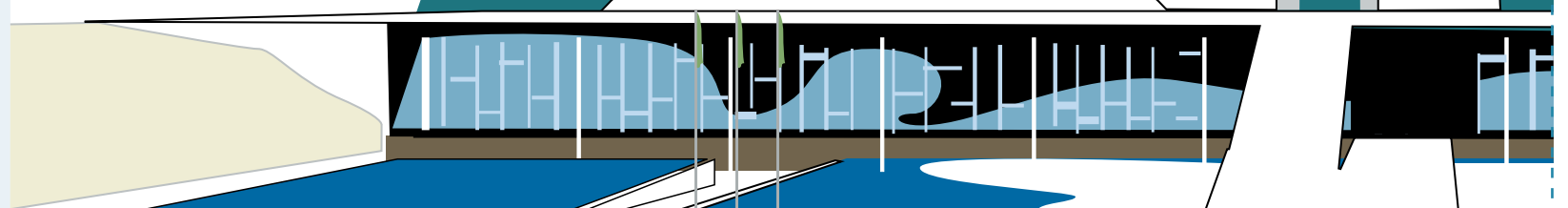
Quais as atribuições de um líder?

O líder comanda a bancada de um partido ou de um bloco partidário e tem uma série de atribuições como: indicar integrantes de comissões, usar a palavra em qualquer fase da sessão plenária, solicitar questão de ordem e requerer dispensa de discussão.

A indicação dos líderes partidários será feita no início da primeira e da terceira sessões legislativas ordinárias da legislatura. O líder partidário é escolhido por sua respectiva bancada.

O presidente da República poderá indicar parlamentar para exercer a função de líder do governo no Senado, na Câmara e no Congresso Nacional.

A Maioria é formada por bloco ou partido que represente a maioria absoluta (metade mais um de todos os membros). Não se alcançando a maioria absoluta, assume as funções da maioria o partido ou bloco que apresentar o maior número de representantes. A Minoria, em contrapartida, é constituída pelo maior bloco ou partido que seja inferior ao número de componentes da maioria e de opinião diversa dela. Pelo Regimento Interno do Senado, "formada a Maioria, a Minoria será aquela integrada pelo maior bloco parlamentar ou representação partidária que se lhe opuser".



Líderes de dez partidos já estão definidos

Escolhidos pelas bancadas terão funções como indicar senadores para as comissões permanentes da Casa e orientar votações em Plenário

ATÉ A MANHÃ de ontem, 10 dos 16 partidos com representação no Senado anunciaram oficialmente os nomes dos parlamentares escolhidos para liderar as bancadas durante os próximos dois anos. Os líderes das seis legendas restantes, dos Blocos da Maioria e da Minoria e do governo podem ser indicados ao longo desta semana.

De acordo com a Secretaria-Geral da Mesa, os líderes já indicados são os seguintes: Eduardo Braga (MDB-AM), Otto Alencar (PSD-BA), Alvaro Dias (Pode-PR), Rodrigo Pacheco (DEM-MG), Daniella Ribeiro (PP-PB), Weverton (PDT-MA), Major Olímpio (PSL-SP), Eliziane

ANTERIORES		ORIENTAÇÃO DAS LIDERANÇAS		DESCRIÇÃO	RESULTADO
Oliveira	PSDB S	MDB	SIM	Dispõe sobre o referido no inciso XV do art. 48 da Constituição Federal, e dá outras providências.	SIM 41 NÃO 16 ABSTENÇÃO 1 PRESIDENTE 1 QUORUM 59
Alves	PR S	PSDB			
Silveira	DC	PT	NÃO		
		DEM			
		PP	SIM		
		PSD	LIVRE		
		PODE			
		PR	SIM		
		PSB			
		PDT			
		PRB			
		PTB	LIVRE		
		DC			
		PCdoB	NÃO		
		PPS	NÃO		
		REDE	NÃO		
		PTC			
		PROS	SIM		
		Minoria			
		Governo	SIM		

Legendas podem apontar líderes, independentemente do tamanho das bancadas. Faltam nomes de seis partidos

Gama (PPS-MA), Jorge Kajuru (PSB-GO) e Jorginho Mello (PR-SC). Ainda precisam definir os líderes as bancadas do PSDB, PT, Rede, Pros, PRB e PSC.

Todos os partidos podem indicar líderes, independentemente do tamanho das bancadas. Mas só têm direito a uma estrutura administrativa específica as lideranças de siglas ou blocos parlamentares formados por pelo menos três

senadores. Na atual composição do Senado, o PR tem dois parlamentares, enquanto PRB e PSC têm um representante cada um.

Atribuições

Os líderes têm atribuições específicas definidas no Regimento Interno. Eles podem indicar ou substituir parlamentares nas comissões, sugerir que colegas de bancada participem de

missões no exterior, propor o encerramento da discussão de propostas, requerer a inclusão ou a retirada de projetos em regime de urgência e orientar votações.

No que diz respeito às votações simbólicas, a opinião dos líderes representa a posição de todos os liderados presentes. Nas questões de ordem decididas pelo presidente da Casa, só pode haver recurso ao Plenário se

o requerimento tiver o apoio de um líder.

Nas sessões, o líder pode pedir a palavra por cinco minutos para fazer comunicação urgente — exceto durante a ordem do dia. Ele também pode falar por 20 minutos após as votações, com preferência sobre os demais oradores inscritos.

Mudanças

Dois parlamentares da Região Nordeste comunicaram à Mesa que mudaram de partido.

Eduardo Girão (CE), eleito pelo Pros, e Styvenson Valentim (RN), eleito pela Rede, migraram para o Podemos. A sigla agora é a quarta maior da Casa, com 7 representantes. Pros e Rede ficam com três membros cada um.

Antes deles, nove senadores já haviam mudado de partido desde as eleições de outubro do ano passado.

Bancada feminina no Senado terá 12 integrantes em 2019

A bancada feminina no Senado a partir de 2019 foi reduzida de 13 para 12 senadoras. Dos 353 candidatos ao Senado nas eleições de 2018, 62 eram mulheres e, dessas, 7 se elegeram. Em 20 estados, nenhuma mulher foi eleita e em três deles nem houve candidatas. O Distrito Federal e a Paraíba elegeram a primeira senadora da história dessas unidades da Federação. A senadora eleita Soraya Thronicke (PSL-MS) lamenta o fato de mais da metade da população ser feminina e essa parcela não estar no Parlamento.

— A questão é muito mais profunda do que trazer direitos para as mulheres na legislação eleitoral. Isso é mais profundo. É uma questão cultural. Eu sempre defendi que, antes de tudo, antes de votar em uma pessoa por conta do gênero, a gente tem que votar em quem a gente acredita, né? Mas o que eu percebi é que as mulheres não votaram em mulheres — afirmou Soraya,

que representa Mato Grosso do Sul, único estado a contar com duas senadoras. A primeira mulher eleita ao Senado pela Paraíba, Daniella Ribeiro (PP), defende mais diálogo para incentivar mais mulheres a se candidatarem.

— Que as mulheres possam despertar à importância desse incentivo. A mulher já é essencialmente política. Eu acredito muito na discussão das próprias mulheres de explicar essa dificuldade de entrar para a política.

Além de Soraya e Daniella, foram eleitas Eliziane Gama (PPS-MA), Mara Gabrielli (PSDB-SP), Selma Arruda (PSL-MT), Leila Barros (PSB-DF) e Zenaide Maia (Pros-RN). Permanecem no mandato Simone Tebet (MDB-MS), Kátia Abreu (PDT-TO), Rose de Freitas (Pode-ES) e Maria do Carmo Alves (DEM-SE). Pelo Acre, Mailza Gomes (PP) assumiu a vaga de Gladson Cameli, que assumiu o governo do estado.

Publicação organiza termos das Casas do Legislativo

O Senado lançou ontem o *Glossário de Termos Legislativos*, publicação que organiza o vocabulário adotado nas duas Casas do Poder Legislativo. Para o presidente do grupo responsável pela publicação, Rodrigo Brum, é um importante passo na integração do Senado e da Câmara, nas estratégias de comunicação do Parlamento e uma contribuição para a democracia.

O documento permitirá, diz Brum, que o usuário entenda as semelhanças e diferenças dos termos utilizados no Senado e na Câmara. Ele lembra que há terminologias diferentes nas duas Casas para se referir a um mesmo conceito. E há casos em que Senado e Câmara usam o mesmo termo para designar conceitos diferentes.

— Foram oito meses de trabalho. O glossário ficou sob o comando de João Lima, servidor do Prodasen, que realizou reuniões durante oito meses para levantar os termos.

Segundo ele, muitos termos não entraram no glossário e



Para Rodrigo Brum, glossário ajuda na integração entre Senado e Câmara

serão tratados em outro momento, como os relacionados ao Orçamento da União. Brum ressaltou a participação de servidores das Secretarias-Gerais das Mesas das duas Casas, das áreas de tecnologia, dos arquivos, das comissões e da Gráfica do Senado.

Diferenças

Segundo o chefe do Serviço de Análise e Produção de Informações Legislativas, Pérsio Barroso, o glossário deve facilitar a consulta e o entendimento não só pelos técnicos do Senado e da Câmara, mas pelo cidadão que consulta os

processos legislativos e tem dificuldade de entender as diferenças entre os procedimentos das duas Casas.

— Anteriormente, cada Casa tinha seu próprio glossário, mas eram linguagens que não se comunicavam. Por exemplo, nós do Senado falamos em decisão terminativa das propostas nas comissões. A Câmara usa o termo “conclusiva”. Há uma referência cruzada quando necessária para que o consultante possa entender quais as diferenças. É uma grande ferramenta para consulta, tanto do público interno quanto externo.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre

Os demais membros da Mesa do Senado para os anos de 2019 e 2020 ainda não foram eleitos.

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burlé
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Davi Alcolumbre reúne-se hoje com líderes partidários

Na pauta do primeiro encontro do novo presidente do Senado com o colegiado de líderes, estão temas importantes como o pacote anticrime proposto pelo governo e a reforma da Previdência Social

APÓS A ABERTURA do ano legislativo ontem, o presidente do Senado, David Alcolumbre, convocou reunião com as lideranças partidárias para hoje.

A primeira reunião do novo presidente com o colegiado de líderes terá temas importantes, como o anteprojeto do pacote anticrime enviado ao Congresso pelo ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, e a proposta do governo para reforma da Previdência, ainda não apresentada.

Também deverão ser pauta da reunião as investigações so-

bre a primeira votação para a Presidência da Casa, ocorrida no sábado, que foi cancelada após terem sido contados 82 votos. Segundo o presidente, a investigação deverá ficar a cargo da Corregedoria Parlamentar do Senado.

Davi afirmou que serão criadas duas comissões especiais de senadores para acompanhar as propostas anticrime e a reforma da Previdência. Ambas, inclusive, vão acompanhar as discussões e votações na Câmara, para que o Senado esteja um passo

à frente quando os projetos chegarem à Casa. Isso dará celeridade aos trabalhos, no entendimento do presidente.

Sobre a reforma previdenciária, Davi Alcolumbre disse que o Legislativo analisará a proposta e, se necessário, promoverá alterações.

— A reforma da Previdência é uma bandeira do Brasil. Os estados estão sofrendo e muitas vezes não têm condições de pagar a folha de pagamento. O Parlamento não vai abrir mão da prerrogativa de discutir e aprimorar esse projeto.



Jonas Pereira/Agência Senado

Davi: comissões serão criadas para acompanhar propostas do governo

Para ele, “o Brasil não resiste mais dois anos”. O senador enfatizou que os municípios estão quebrados, que os estados vão quebrar, e que é preciso “resgatar este navio em que

está todo mundo navegando, este navio que é o Brasil”.

— Precisamos ter serenidade e maturidade política para fazer o que o Brasil precisa — disse o novo presidente.

Senadores elogiam pacote anticrime proposto por Sergio Moro

Vários senadores opinaram sobre a proposta da Lei Anticrime que o governo deve apresentar ao Congresso Nacional esta semana. O projeto altera 14 leis, como o Código Penal, o Código de Processo Penal, a Lei de Execução Penal e o Código Eleitoral.

Ontem, na abertura dos trabalhos legislativos, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, disse que o combate à corrupção deve ser o papel de todo homem público. Segundo ele, a sociedade não tolera mais desvios de recursos públicos nem más condutas, “a exemplo do que aconteceu no Brasil nos últimos anos”.

As medidas anunciadas pelo governo foram elogiadas pela senadora Soraya Thronicke (PSL-MS). Ela disse estar otimista quanto à rápida aprovação das propostas e declarou que muitas beneficiarão diretamente Mato Grosso do Sul:

— Eu disse ao ministro Moro que o foco do Ministério da Justiça está sempre voltado ao Rio de Janeiro, mas são 27 estados e o Distrito Federal, e o Mato Grosso do Sul tem

que ter prioridade também. Não se trata de apego meu, nem bandeira por eu ser de lá. Mas os números mostram que 40% das armas e 60% das drogas que vêm para o Brasil entram por lá. Então, se o nosso estado estiver protegido, o país estará seguro.

Mudanças

Ao elogiar o pacote anticorrupção, Izalci Lucas (PSDB-DF) declarou que a população anseia por reformas no Estado brasileiro, a fim de tornar os serviços mais eficientes:

— Espero também que chegue o pacote da educação, da ciência e tecnologia e das reformas tributária e previdenciária. Vamos enfrentar tudo isso, de preferência, logo no primeiro semestre, para fazermos a diferença rapidamente.

Já Fabiano Contarato (Rede-ES) disse em uma rede social que “no país não existe apenas a sensação, mas a certeza da impunidade”:

— Passou da hora de resgatarmos a credibilidade das instituições e fortalecermos a segurança pública, até porque

ela é um direito de todos — afirmou.

O senador Chico Rodrigues (DEM-RR) declarou que o país não pode mais esperar para deliberar sobre segurança pública. Segundo ele, o pacote atende os interesses da população e “quem discordar estará na contramão da história”:

— Todos nós, deputados e senadores, deveremos nos debruçar sobre esses temas apresentados, de forma republicana, para que possamos apresentar essas medidas moralizadoras à população o quanto antes.



Marcelo Camargo/Agência Brasil

Moro apresenta projeto a governadores e secretários de segurança

Chico Rodrigues disse ainda que é alta a expectativa dos brasileiros em relação aos novos senadores. Ele defendeu unanimidade em relação aos projetos de interesse nacional:

— Aqui não tem governo ou oposição. O interesse dos brasileiros está acima dos interesses individuais. O país colocou em nossas mãos este momento difícil porque nós temos condição de enfrentar esses desafios.

O senador Elmano Férrer (Pode-PI) disse que é imprescindível discutir segurança pública, diante dos altos nú-

meros da violência no país. Ele defendeu o enrijecimento da legislação, e apontou que o pacote deverá ser aprovado rapidamente pelo Congresso, por se tratar de “uma exigência da sociedade”.

Rodrigo Cunha (PSDB-AL) elogiou a postura de Sergio Moro ao apresentar o pacote anticorrupção no início da legislatura, ressaltando que as medidas demonstram a prioridade do governo ao assunto:

— Qualquer pesquisa feita vai apontar que o nosso principal problema é a corrupção.

Para Styvenson Valentim (Pode-RN), “toda ideia contra a corrupção é boa, porque este é o grande mal de toda a criminalidade”. Ele apontou que a corrupção está em todas as escalas e em todos os ambientes e afirmou que, quanto mais rígida a penalidade, mais essa conduta será desestimulada:

— Hoje avalio que a corrupção é uma doença mental, porque é difícil acreditar que uma pessoa se distraia tanto da responsabilidade do poder público sem pensar no mal que está fazendo para a sociedade, só pode ser insanidade.

Para Nelsinho Trad (PSD-MS), qualquer medida para extirpar a corrupção é bem-vinda, “principalmente após o resultado das últimas eleições”. O senador ponderou que a sociedade espera uma postura ética e responsável de todos os parlamentares, e acredita que nenhum se posicionará contra as medidas.

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, também vê positivamente as medidas. Segundo ela, o Congresso tem sido “sensato ao responder aos anseios da população, que clama por mais segurança, menos violência e um país mais honesto”.

Intenção das propostas é agilizar a Justiça e diminuir impunidade

O projeto da Lei Anticrime traz medidas para combater a corrupção, a violência e o crime organizado, problemas que o governo considera interdependentes. O texto, segundo o ministro da Justiça, Sergio Moro, adapta a legislação à realidade atual, dando mais agilidade ao cumprimento das penas para diminuir a impunidade.

A proposta conta com medidas para assegurar o cumprimento da condenação após julgamento em segunda instância. São propostas

também mudanças para elevar as penas em crimes cometidos com armas de fogo, aprimorar o confisco de produto do crime e permitir o uso do bem apreendido pelos órgãos de segurança pública.

Entre as alterações, estão o endurecimento do cumprimento da pena para crimes considerados mais graves, como roubo, corrupção e peculato que passam a ter regime inicial fechado. O texto determina que os recursos apresentados contra decisão que levou o réu à prisão não

terão efeito suspensivo. Ou seja, o réu continuará preso enquanto os recursos são analisados pela Justiça, diferente do que acontece hoje.

As alterações na legislação fortalecem ainda o papel dos tribunais do júri de forma que a decisão seja cumprida imediatamente. A mudança, segundo o governo, segue entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), que considerou o veredicto do tribunal do júri soberano.

O texto também considera crime arrecadar, manter,

movimentar ou utilizar valores que não tenham sido declarados à Justiça Eleitoral, popularmente chamado de “caixa dois”.

Outro item é a conceituação de organização criminosa. O texto prevê que líderes e integrantes que sejam encontrados com armas iniciem o cumprimento da pena em presídios de segurança máxima. Também não terão direito a progressão de regime.

Com informações da Agência Câmara

Reformas são prioridade para novos senadores

Parlamentares defendem mudanças na Previdência e no sistema tributário, o aperfeiçoamento de leis sobre segurança e de combate à corrupção e a garantia de direitos das minorias

A APROVAÇÃO DAS reformas da Previdência e tributária e o aperfeiçoamento das legislações de combate à corrupção e de segurança pública, com mais investimentos no setor, são comuns aos discursos dos novos senadores empossados na sexta-feira e deverão ser as bandeiras pelas quais os parlamentares lutarão nos próximos oito anos.

As promessas de renovar a maneira de fazer política e tratar a coisa pública e de aproximar a população das decisões do poder público também estão entre as expectativas de atuação de alguns dos novos parlamentares ouvidos pela Rádio e pela TV Senado.

— Independentemente de quem seja o presidente, a reforma da Previdência, a reforma tributária e leis mais duras contra a corrupção se impõem, são uma necessidade — disse Oriovisto Guimarães (Pode-PR).

Previdência

A aprovação da reforma que pretende alterar as regras para acesso aos benefícios previdenciários é quase uma unanimidade, independentemente de cores partidárias. No entanto, os senadores divergem quanto ao alcance das mudanças. Enquanto nomes alinhados ao governo defendem que a proposta a ser encaminhada pelo Executivo seja aprovada rapidamente, outros apontam a necessidade de análises detalhadas.

Jaques Wagner (PT-BA) afirmou que a oposição deve apresentar uma proposta alternativa à do governo para a reforma da Previdência. A intenção é que a bancada petista proponha uma alternativa considerada por ele “menos danosa” ao interesse dos que dependem da Previdência para sobreviver.

— Discutimos a reforma no partido sob a ótica de distribuir o sacrifício, pesando



Fila nas Agência da Previdência Social, em Curitiba: a necessidade de realizar a reforma previdenciária é quase unanimidade entre os senadores

mais para quem tem mais condições — disse.

Omar Aziz (PSD-AM) ponderou que a reforma precisa ser balizada com a nova legislação trabalhista. Segundo ele, as atuais regras dificultam a manutenção do vínculo empregatício por longos períodos, e o trabalhador precisa contribuir pelo menos 35 anos para garantir o benefício.

— Temos que ver também a forma mais adequada para que a gente não possa prejudicar as pessoas que passam a vida toda trabalhando com uma regra e chegam no final da vida e vem outra mudança de legislação.

O senador Izalci Lucas (PSDB-DF) avalia a aprovação das reformas da Previdência e tributária como um desafio a ser enfrentado.

— Temos que olhar com carinho a questão da transição, respeitar o direito adquirido. Acho que o presidente Bolsonaro vai ter apoio para aprová-las, porque acima da questão partidária ou de governo, temos a questão de Estado — afirmou.

Para Jayme Campos (DEM-MT), que volta ao Senado depois de quatro anos, a re-

forma tributária é primordial para atrair mais investimentos.

— Temos que compatibilizar a questão do pacto federativo com a reforma tributária, para retomarmos o crescimento do país, ou o Brasil estará fadado a não crescer.

O senador Cid Gomes (PDT-CE) disse que pautará seu mandato pela defesa da autonomia legislativa dos estados.

— Há muita concentração de poderes na União, na capacidade de legislar, e os estados brasileiros têm realidades diferentes e precisam ter mais autonomia na capacidade de fazer leis e de adaptar a legislação para sua realidade.

Riqueza

O senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) é mais um que defende a reforma tributária.

— Vamos trabalhar por uma reforma tributária que seja fomentadora de riqueza e desenvolvimento econômico para o país e que não sacrifique o contribuinte — disse.

Já o senador Esperidião Amin (PP-SC) destacou a necessidade de modificar o sistema político do Brasil.

— Meu principal objetivo é contribuir para o prossegui-

mento da reforma política, de sorte a moralizar as práticas políticas — explicou.

Na opinião de Marcio Bittar (MDB-AC), o ajuste fiscal nas contas do país é necessário para a resolução de uma questão primordial: o pacote de segurança.

— Minha área faz fronteira com Peru e Bolívia, os dois maiores produtores de cocaína do mundo, e é uma região aberta, o tráfico entra por lá e se esparrama pelo Brasil inteiro — alertou.

Na mesma linha, Arolde de Oliveira (PSD-RJ) defendeu investimentos em segurança.

— O Rio de Janeiro que represento é um estado vocacionado para o turismo, e para que o turismo possa funcionar, se pressupõe um ambiente tranquilo, de paz.

Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) apontou a necessidade de priorizar projetos para endurecer a legislação penal e proteger as vítimas.

— Não podemos ter apenas um olhar de caridade, como se os criminosos fossem apenas pessoas excluídas e sem oportunidade. Claro que o tema é extremamente complexo, mas temos que combater a situação de impunidade que hoje a legislação proporciona em todo o Brasil.

Combate à corrupção

Muitos dos novos senadores pautaram suas campanhas na necessidade de construir uma nova atuação política, para diminuir a corrupção e aproximar a população do poder público.

— Defendo um novo modelo de organização e participação da sociedade, porque com a hiperconectividade que a sociedade vive, é preciso dar protagonismo ao cidadão, sem filtros. Ao mesmo tempo, precisamos dialogar com a Câmara, o Senado, o Judiciário,

precisamos fazer uma revisão no modo como a democracia deve funcionar para que haja um funcionamento melhor do país e das instituições — defendeu Rogério Carvalho (PT-SE).

Styvenson Valentim (Pode-RN) pretende lutar por educação, saúde, segurança e combate à corrupção, mas sempre ouvindo o que a população tem a dizer:

— O que as pessoas mais pedem é combate à corrupção, moralidade, responsabilidade, cuidar bem da coisa pública, e é isso que a gente se propõe a fazer — disse.

A senadora Soraya Throncke (PSL-MS) quer ser a voz do povo no Senado.

— Minhas portas estão abertas para as pessoas — garantiu.

Minorias

A luta pelos direitos das minorias também tem representantes no Senado. Weverton (PDT-MA) pretende trabalhar pela criminalização de discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero.

— Vamos trabalhar nessa linha, preservar o máximo possível o menor, o trabalhador, e incentivar o máximo possível investimentos na educação, que é sem dúvida a grande solução para o país.

Primeira parlamentar tetraplégica, Mara Gabrilli (PSDB-SP) disse que seguirá na luta pela defesa dos direitos da pessoa com deficiência.

— Tenho uma bandeira clássica, que é a defesa dos direitos das pessoas com deficiência. Senado e Câmara têm que ajudar o Executivo a fazer com que a lei seja cumprida. Defender os direitos das pessoas com deficiência é defender o público mais vulnerável desse país, e isso acabou me credenciando para defender o direito de todo cidadão.



Segurança pública está entre os temas prioritários apontados pelos senadores para os próximos oito anos